

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS:  
desafios, dilemas e perspectivas**

Renata Ramos da Silva Carvalho<sup>1</sup> – [renataramosprof@yahoo.com.br](mailto:renataramosprof@yahoo.com.br)

**Introdução**

Este trabalho integra a Linha de Pesquisa Estado, Políticas e História da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, e tem como objetivo fazer um estudo sobre as condições acadêmicas e materiais em que a Universidade Estadual de Goiás realiza suas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, utilizando, quando possível, referenciais de outras universidades estaduais presentes nas diversas regiões brasileiras, considerando nas análises os parâmetros das universidades estaduais paulistas como referência.

A inquietação é compreender além da aparência, os entraves e percalços vivenciados pela UEG, evidenciados pelos relatórios do Conselho Estadual de Educação de Goiás, mídia escrita e falada, informações acadêmicas/administrativas presentes no banco de dados do Censo da Educação Superior e nos dados estatísticos da CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior) e SINAES (Sistema Nacional de avaliação da educação superior) para sua consolidação como universidade. Para tal, analisamos a UEG, dentro do cenário das universidades estaduais brasileiras.

Este estudo se justifica, pois o próprio PDI 2010/2019 (Plano de desenvolvimento institucional) da UEG considera que “a instituição completou sua fase de implantação e expansão física e neste momento necessita de consolidação acadêmica”. (PDI – UEG, 2010/2019)

As questões que motivaram este estudo foram: Quais são os limites e possibilidades para a consolidação da UEG como universidade pública? Quais são os desafios vivenciados pela UEG para sua consolidação? Como se constitui a UEG no contexto do ensino superior público e no das universidades estaduais? Qual o atual cenário da educação superior goiana e qual a participação da UEG neste cenário? Qual a situação da UEG, se comparada com outras universidades estaduais brasileiras? E, afinal a UEG ainda esta em construção como instituição universitária? Não a intenção de esgotar a análise de todos esses questionamentos, pois como já afirmamos, o objetivo deste estudo é realizar uma análise das condições acadêmicas e materiais da UEG.

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, da Universidade Federal de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás.

## Revisão de Literatura

Nossa investigação se torna relevante e se justifica, pois as políticas públicas para a educação superior vivem, no Brasil, amplo processo de discussão pela comunidade acadêmica, devido sua significativa expansão a partir da década de 90, expansão ocorrida principalmente no setor privado, mas também ocorrida na rede pública. No contexto da educação superior pública do país, temos que a rede federal e estadual são as principais provedoras neste segmento. Os dados do Censo da Educação Superior de 2011 nos apresentam que, das 284 IES públicas, 110 são estaduais e que das 1.773.315 matrículas na educação superior pública, 619.354 (34,9%) são em IES estaduais. Será evidenciado com mais detalhes no decorrer deste estudo a participação das Instituições de ensino superior - IES e universidades estaduais na oferta desse nível de ensino no Brasil.

A rede de universidades estaduais brasileiras atende a uma quantidade significativa de estudantes, seguida pela rede federal na liderança do segmento público, além de ser tradicionalmente interiorizada, com relação a este indicador, esse diagnóstico sugere a importância de uma abordagem que contemple a discussão da participação das universidades estaduais no Brasil, por estas ocuparem em seu contexto histórico político um espaço territorial e de oferta da educação superior pelos Estados, face à ausência da União, sobretudo no interior do país. Essa questão nos remete ainda a perceber a complexidade organizacional das universidades estaduais, num cenário de heterogeneidade e desigualdades entre as várias regiões do país, destacando-se que os estudos na área concentram-se nas estaduais paulistas.

Em Goiás, o cenário da educação superior é heterogêneo e composto por IES públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (particulares e confessionais/comunitárias/filantrópicas), sendo constituído de instituições universitárias e não universitárias. Neste universo temos a Universidade Estadual de Goiás, “criada” em 1999, fruto da aglutinação de várias IES estaduais já existentes no estado e é responsável por uma significativa oferta de educação superior, principalmente no interior do estado.

A Universidade Estadual de Goiás, foi criada pela Lei Estadual n.º 13.456 de 16 de abril de 1999, que regulamentou um amplo processo de reforma administrativa no Estado de Goiás. Dentre outras mudanças a Lei transformou a Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA), em Universidade Estadual de Goiás e incorporou a ela, mais 28 faculdades isoladas já existentes em várias regiões do estado. Destas 28 IES estaduais, 13 estavam em funcionamento, conforme dados do INEP na tabela 8. As demais já haviam sido legalmente criadas, porém não estavam instaladas. A mesma Lei também transformou a Fundação Universidade Estadual de Anápolis em Fundação da Universidade Estadual de Goiás (FUNCER), que passa a ser a mantenedora da instituição. Segundo a Resolução do Conselho Estadual de Educação n.º 001/2002, de 28/01/2002, “fica claro que a Lei Estadual 13.456/99 não tratou da criação de uma nova universidade, mas da transformação de uma universidade em outra, o que na teoria e na prática, resulta tão somente em uma mudança de denominação”.

“A UEG foi estruturada como uma instituição multicampi, ou seja, que tem unidades e pólos espalhados por todo o Estado e sede central no campus da antiga UNIANA, em Anápolis”.(NOVAES, 2004, p. 74) A nova instituição de ensino superior surgiu vinculada ao processo de mudanças administrativas e políticas implementadas pelo governador Marconi Ferreira Perillo Júnior em 1999, o governo do *Tempo Novo*, sendo vinculada primeiramente à Secretaria Estadual de Educação e posteriormente vinculada à Secretária Estadual de Ciência e Tecnologia (SECTEC), por força do Decreto 5.158/1999.

Para melhor compreensão dessa característica *multicampi*, recorreremos aos estudos de Fialho (2005) que pesquisou sobre essa categoria de universidade multicampi em universidades estaduais brasileiras. Para tal compreensão a autora buscou compreender o modelo de constituição da universidade brasileira, pois “a tentativa de estabelecer o modelo universitário para a universidade brasileira, entretanto resumia-se na mesma técnica de organização por aglutinação.”(FIALHO, 2005, p.29)

## Metodologia

Tendo em vista a necessidade de compreender a Universidade Estadual de Goiás dentro de uma totalidade que são as políticas públicas para a educação superior, a dinâmica da sociedade capitalista, o complexo universo das IES estaduais brasileiras, e ainda a necessidade de interpretar as contradições existentes desde a sua criação e estruturação, recorreremos ao método dialético e na abordagem quanti-qualitativa, que nos subsidiam para a realização desse estudo. Pesquisar as condições acadêmicas e materiais da UEG para realizar suas atividades requer parâmetros críticos de análises, pois existem vários fatores que interferem nessa problemática em questão.

O aprofundamento de nossa pesquisa e a coleta dos dados será realizada no banco de Dados do INEP composto pelo Censo da Educação Superior e do Sistema Nacional de Avaliação da educação superior - SIINAES, leis federais e estaduais, documentos oficiais do Conselho Estadual de Educação de Goiás e Ministério Público Estadual de Goiás, documentos oficiais da Universidade Estadual de Goiás, imprensa escrita e pesquisa bibliográfica.

## Conclusão

A presente pesquisa constatou que UEG tem importante relevância na oferta de educação superior pública em Goiás, principalmente pela sua capacidade de possibilitar a interiorização do ensino universitário público em diversas regiões do Estado. No entanto, é preciso problematizar e discutir como está ocorrendo esta oferta de educação superior pública

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS  
X SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, MODERNIDADE E CIDADANIA  
X SEMINÁRIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS

13 a 17 de maio de 2013

COMUNICAÇÃO ORAL

universitária estadual em Goiás, tendo em vista as finalidades legais e sociais de uma universidade.

A atuação de uma universidade não pode ser somente quantitativa, mas precisa ser principalmente qualitativa. Precisamos ir além da aparência dos dados para a essência que se materializa essa oferta de educação superior pública estadual que é imbricada em contradições. De um lado um discurso de valorização e prioridade do governo estadual para com a UEG e de outro, uma universidade que sofre com vários problemas para sua subsistência desde suas mais primárias origens.

Com base nos dados apresentados, podemos constatar que os desafios impostos à consolidação da UEG são diversos e ainda muito presentes, vão desde a problemas de infraestrutura, falta de políticas de assistência estudantil e o predomínio de atividades de ensino, em detrimento da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão que é uma característica pétrea das universidades.

No que tange ao quadro funcional da universidade, mesmo já tendo sido objeto de várias manifestações do Conselho Estadual de Educação de Goiás e Ministério Público Estadual, a UEG ainda possui a maioria dos docentes e servidores técnico-administrativos em regime de contratos temporários, muitos deles ilegais, por infringirem os prazos previstos em lei.

As análises comparativas da UEG realizadas com outras universidades brasileiras, tendo como referência as estaduais paulistas, revelam que os indicadores institucionais da Universidade Estadual de Goiás são preocupantes e, inclusive, não atendem aos requisitos mínimos para que uma IES seja universidade.

## Referências

BALDINO, José Maria. Ensino superior em Goiás em tempo de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Goiânia, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação), UFG.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior. Brasília: Inep, 1996 a 2010.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394 de 26 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

COUTINHO, Afrânio. Universidade, Instituição crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Escritos sobre universidade. São Paulo, Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. A universidade pública sob nova perspectiva. Rev. Bras. Edu. 2003, n° 24.

\_\_\_\_\_. A universidade em ruínas. In, TRINDADE, Héglio (org.). Universidade em ruínas na república dos professores. Petrópolis, Vozes, 1999.

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS  
X SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, MODERNIDADE E CIDADANIA  
X SEMINÁRIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS

13 a 17 de maio de 2013

COMUNICAÇÃO ORAL

- CHIZZOTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo, Cortez, 2005.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS. Protocolo de Compromisso que a Universidade Estadual de Goiás – UEG – celebra com o Conselho Estadual de Educação – CEE, com a interveniência da Procuradoria Geral do Estado.
- \_\_\_\_\_. Resolução n.º 02 de 06 de julho de 2006. Estabelece normas para o Sistema Estadual de Educação Superior do Estado de Goiás.
- \_\_\_\_\_. Resolução n.º 03 de 14 de outubro de 2010. Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: Lopes e Veiga (orgs) - *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.
- DOURADO, Luiz Fernandes. A interiorização da educação superior e a privatização do público. Goiânia, Editora da UFG, 2001.
- \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, J. F.; AMARAL, N. C. Expansão e qualidade da educação superior em Goiás. In: AZEVEDO, M. L. N. (Org.). Políticas públicas e educação – debates contemporâneos. 1 ed. Maringá: Eduem, 2008, p. 177-199.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade brasileira: em busca de sua identidade. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FIALHO, Nadia Hage. Universidade Multicampi. Brasília, Autores associados: Plano editora, 2005.
- GOIÁS. Emenda Constitucional estadual n.º 39, dezembro de 2005.
- \_\_\_\_\_. Lei 13.456/99. Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Relatório da comissão de estudos sobre a UEG: Diagnóstico e proposta para reestruturação. 2011.
- \_\_\_\_\_. Decreto n.º 6568 de 06 de novembro de 2006. Dispõe sobre o credenciamento da Universidade Estadual de Goiás.
- \_\_\_\_\_. Relatório - Comissão de Estudos sobre a Universidade Estadual de Goiás, 15 de agosto de 2011.
- MAGALHÃES, Luciana de Castro. O financiamento da UEG: O programa Bolsa Universitária e o custo do aluno. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFG, 2009.
- MOREIRA, Marcos Elias. Universidade Estadual de Goiás (UEG): Agentes, Memórias e Eventos (1999-2006). 2007. 180f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- NOVAES, Valcemia G. de Sousa. Pólo universitário de Palmeiras de Goiás: concretização das políticas educacionais da UEG. Dissertação (Mestrado em Educação) UCG, 2004.
- O POPULAR, Jornal. Falta de recursos compromete autonomia e qualidade da UEG. Edição do dia 15/08/2010.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS DE ANÁPOLIS**

**II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS**  
**X SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, MODERNIDADE E CIDADANIA**  
**X SEMINÁRIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS**

13 a 17 de maio de 2013

COMUNICAÇÃO ORAL

SAMPAIO, Helena; BALBACHEVSKY, Elizabeth; PEÑALOZA, Verónica. Universidades estaduais no Brasil: características institucionais. São Paulo, NUPES/USP, 1998 (Documento de trabalho n.º 4)

UEG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Relatório de Gestão 2011.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 – 2019.

Site da ABRUEM, [www.abruem.org.br](http://www.abruem.org.br), acesso em 27/12/2012.